



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 58/2014**

Altera a Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná.

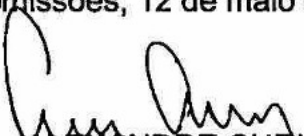
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

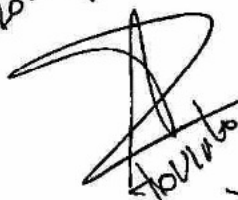
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

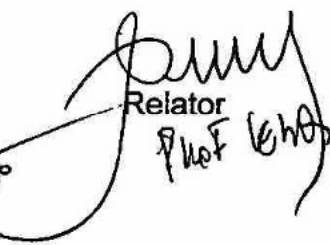
**Art. 3º** Revoga a Lei nº 17.935, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Ruy F. de

  
to

  
Relator  
Prof. (a)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 62/2014**

Altera a Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.


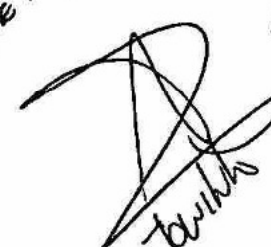

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revoga a Lei nº 17.938, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Dora Lipp  
  
Belator  
  
Rafael



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 95 /2014**

Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Palotina".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA.**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 14317 - 16 de Fevereiro de 2004

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 6686 de 12 de Março de 2004

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:**  
(Projeto de Lei nº 552/2003, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de fevereiro de 2004.

Hermas Brandão  
Presidente

*Alterar Denominação*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO

topo

*DIVULGAÇÃO*



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

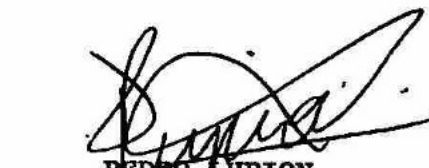
REQUERIMENTO.

REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DAS PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Lei: 95/2014, 96/2014, 97/2014, 98/2014, 99/2014, 100/2014, 101/2014, 102/2014, 103/2014, 104/2014, 105/2014, 106/2014, 107/2014, 108/2014, 109/2014, 110/2014, 111/2014, 112/2014, 113/2014, 114/2014, considerando que todos são de autoria da COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA, formada para análise de utilidades públicas está trabalhando, junto a Casa Civil do Estado do Paraná, bem como, todos versam sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CC.  
Mat. 6246

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico,  
Curitiba, Paraná | Fone (fax): (41) 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) | [dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com)

Página | 1

reubido

25/03/14



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 95/2014**

**Projeto de Lei nº. 95/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

**Súmula:** Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.317/2004 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “AÇÃO SOCIAL DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTEMENTE ITAQUI” PARA “ASSOCIAÇÃO BETESTA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PALOTINA ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 14.317/2004. Súmula:** Declara como Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaquí, com sede e foro no município de Campo Largo" para "Associação Betesta, com sede e foro no Município de Palotina", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

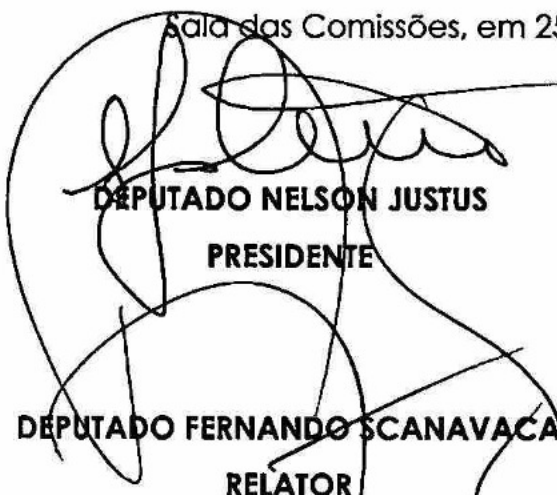


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

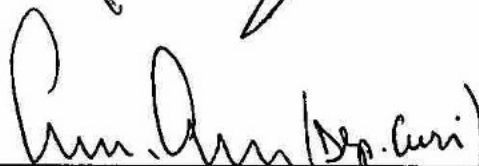
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

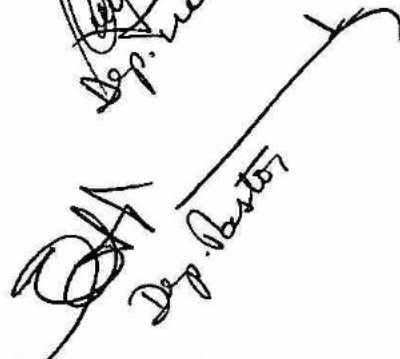
  
Dep. Carlos

  
Dep. Turiani

  
Dep. Hermenegildo

  
Dep. Moiano

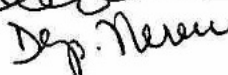
  
Dep. Curi

  
Dep. Bastos

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

25.03.14

  
Dep. Nery



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 02. ABR. 2014  
Fls. 19

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 95/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresento-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 95/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Palotina.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Palotina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 2 de abril de 2014.

Deputado Caio Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 95/2014**

**Projeto de Lei nº 95/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**SÍNTESE:** Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

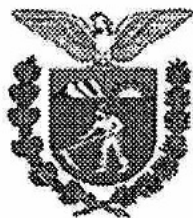
**EMENTA:** EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004.

Ocorre que, em data de 02 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



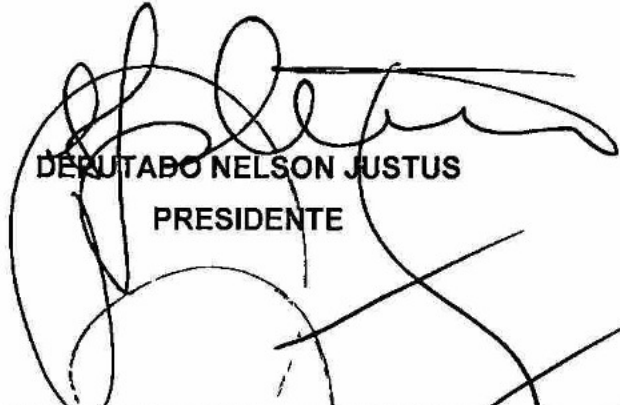
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
APROVADO

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nelson



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 98 /2014**

Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Paraíso do Norte".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2014**

**Projeto de Lei nº. 98/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 7.626/1982 - ALTERAÇÃO DO FORO - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 7.626/1982. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON - APAE, com sede e foro na cidade de Rondon.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar o "foro na cidade de Rondon" para "foro no Município de Paraíso do Norte.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*






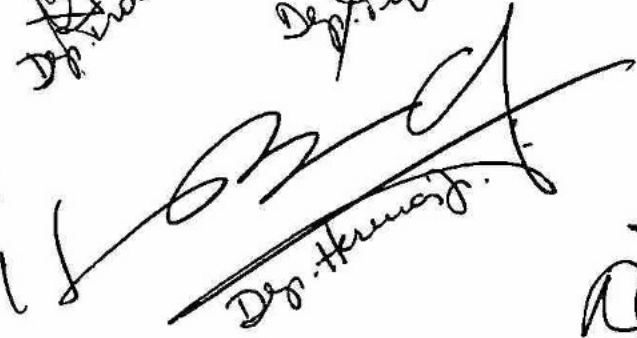
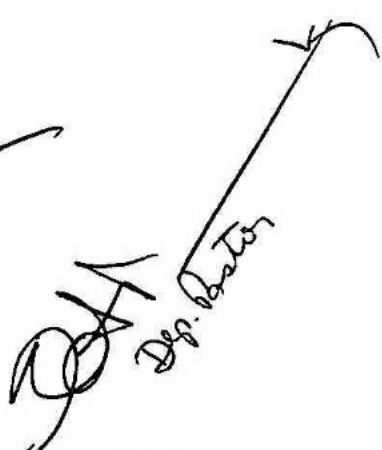
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

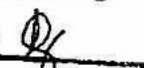
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**Dep. Nereu**

**APROVADO**

**25.03.14** 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda do Plenário nº 01  
02 ABR 2014  
DAP  
Visto  
Assinado

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 98/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 98/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:




**Art. 1º** A Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

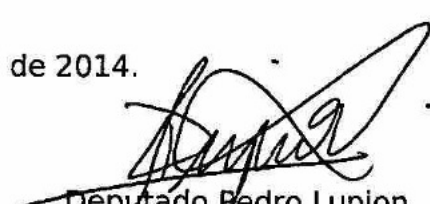
"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Cidade Gaúcha.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Cidade Gaúcha.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Sala das Sessões, em 2 de abril de 2014.


  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado Tercilio Turini  
Membro

  
Deputado Andre Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 98/2014**

**Projeto de Lei nº 98/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982.

Ocorre que, em data de 02 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR


  
Dep. Emerson

  
Dep. Sampaio

  
Dep. Coito

  
Dep. Luri

**APROVADO**

14/04/14 

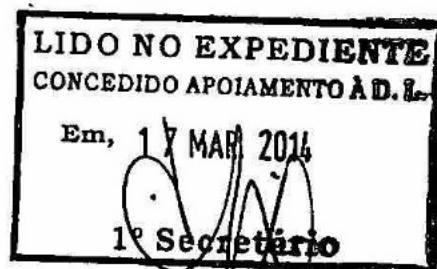
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



## PROJETO DE LEI Nº 136 /2014

Altera a Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Social, Educação e Cultura - ASEC, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



## **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/2014**

**Projeto de Lei nº. 136/2014**

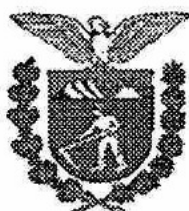
**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.730/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “A SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, COM SEDE E FORO NESSA CAPITAL” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA – ASEC, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.730/1991. Súmula:** Declara de utilidade pública a Sociedade de Educação e Cultura, com sede e foro nesta capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade de Educação e Cultura com sede e foro nessa capital" para "Associação de promoção social, educação e cultura – ASEC, com sede e foro no município de Curitiba".

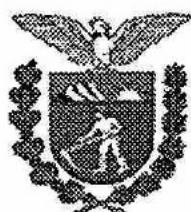
**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.

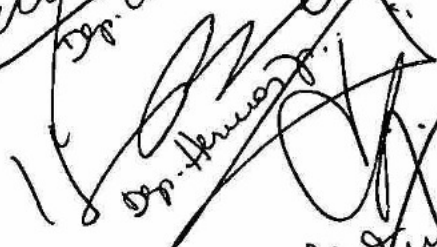
  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

PRESIDENTE *em exercício*

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

  
Dep. Carlos

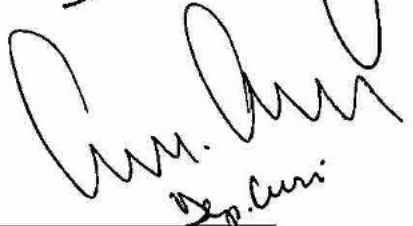
  
Dep. Henrique

  
Dep. Tullio

  
Dep. Sérgio


  
Dep. Luciano

  
Dep. Ronanelli

  
Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

29.04.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 136/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 136/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** A Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Social, Educação e Cultura – ASEC, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Social, Educação e Cultura – ASEC, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de Abril de 2014.

  
**Deputado Pastor Edson Praczyk**  
Presidente em exercício

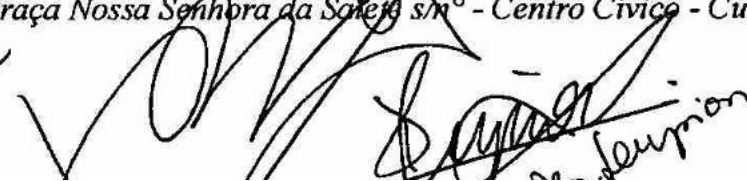
  
**Deputado Fernando Scanavacca**  
Relator

  
**JUSTIFICATIVA**

  
Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.730 de 17 de outubro de 1991, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar a mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

  
29.04.14